

RELATÓRIO DA DIRETORIA ABRASCA

2009

CONSELHO DIRETOR E DIRETORIA DA ABRASCA 2009/2011

CONSELHO DIRETOR

AGILIO LEÃO DE MACEDO FILHO
Monteiro Aranha S.A.

ALDO VINCENZO BERTOLUCCI
PPE Fios Esmaltados S.A.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Banco Itaú S.A.

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia. Melhoramentos de São Paulo

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

ÁLVARO BRITO BEZERRA DE MELLO
Hotéis Othon S.A.

ANDRÉ COVRE
Ultrapar Participações

ANDRÉ LUIS DA COSTA GAIA
Embraer S.A.

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO
PricewaterhouseCoopers

ARTHUR PIOTTO FILHO
Cia. de Concessões Rodoviárias – CCR

ATILA NOALDO
Beta Securitizadora S.A.

BERNARDO SZPIGEL
Suzano Papel e Celulose S.A.

CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO
Braskem S.A.

CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA
BM&FBovespa

CARMEM CAMPOS PEREIRA
Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

DENISE PAULI PAVARINA DE MOURA
Banco Bradesco S.A.

DOMINGOS FIGUEIREDO DE ABREU
Banco Bradesco S.A.

EDINA APARECIDA GOMES BIAVA
BRF – Brasil Foods S.A.

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Souza Cruz S.A.

ERNESTO DANIEL GARDELLIANO
Telemig Celular Participações S.A.

FÁBIO MASCARENHAS ALVES
Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

FLÁVIO DONATELLI
Duratex S.A.

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

GERALDO TOFFANELLO
Gerdau S.A.

GILBERTO TAMM BARCELLOS CORREA
Conselheiro Honorário

HELMUT BOSSET
Natura Cosméticos S.A.

HENRY SZTUTMAN
Pinheiro Neto Advogados

JOÃO BATISTA DA CUNHA BOMFIM
Cia. de Tecidos Norte de Minas – Coteminas

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA FILLIPPO
CPFL Energia S.A.

JOSÉ ANTONIO GOULART DE CARVALHO
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA
Bardella S.A.

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA
Cia de Tecidos Norte de Minas – Cotemi

LÉLIO LAURETTI
Conselheiro Honorário

LEONARDO PEREIRA
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

LEONARDO STERNBERG STARZYNSKI
Cia. Melhoramentos de São Paulo

LEOPOLDO VIRIATO SABOYA
BRF – Brasil Foods S.A.

LÍBANO MIRANDA BARROSO
TAM S.A.

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

LUIZ CESAR PIZZOTTI
Suzano Papel e Celulose S.A.

LUIZ FERNANDO SARCINELLI GARCIA
Conselheiro Honorário

LUIZ LEONARDO CANTIDIANO
Motta, Fernandez Rocha Advogados

LUIZ RODOLFO LANDIM
MMX Mineração & Metálicos S.A.

LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS
Cremer S.A.

MARCOS ANTÔNIO DE BARROS
Dixie Toga S.A.

MARCOS ANTONIO SILVA MENEZES
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

MARCOS GRODETZKY
Aracruz S.A.

MARIA ISABEL BOCATER
Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados

MAURICIO PEREZ BOTELHO
Energisa S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

NELSON JOSÉ JAMEL
Cia. de Bebidas das Américas – AmBev

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

OTÁVIO MALUF
Eucatex S.A. Indústria e Comércio

PAULO CEZAR ARAGÃO
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO
Klabin S.A.

PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
Duratex S.A.

RENÉ DE MEDEIROS MARTINS
Globo Comunicações e Participações S.A.

RENEU ALBERTO RIES
Forjas Taurus S.A.

ROBERTO CASTELLO BRANCO
Vale S.A.

ROBERTO FALDINI
Conselheiro Honorário

ROBERTO TERZIANI
Tele Norte Leste Participações S.A. (Oi S.A.)

RONALD SECKELMANN
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS

SÉRGIO SESIKI
Melpaper S.A.

STEFAN ALEXANDER
Globo Comunicações e Participações S.A.

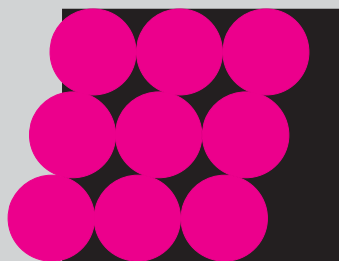
TARCÍSIO BEUREN
Metalúrgica Gerdau S.A.

THOMAS RICARDO AUERBACH
Dixie Toga S.A.

THOMÁS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI
Cia de Bebidas das Américas – AmBev

WILSON AMARANTE
Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.



DIRETORIA

PRESIDENTE

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

1º VICE-PRESIDENTE

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

VICE-PRESIDENTES

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia. Melhoramentos de São Paulo

LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS
Cremer S.A.

PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

DIRETORES

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

MAURÍCIO PEREZ BOTELHO
Energisa S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

PAULO CEZAR CASTELO BRANCO ARAGÃO
Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

ROBERTO TERZIANI
Oi S.A.

THOMAS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

SUPERINTENDENTE GERAL

EDUARDO LUCANO DOS REIS DA PONTE

COMISSÕES TÉCNICAS

COMEC – COMISSÃO DE MERCADO DE CAPITAIS

TARCÍSIO BEUREN
Presidente

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Vice-Presidente

COJUR – COMISSÃO JURÍDICA

HENRY SZTUTMAN
Presidente

NAIR VERAS SALDANHA JANSON
Vice-Presidente

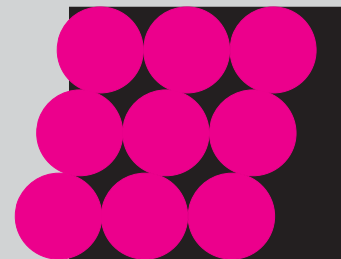
CANC – COMISSÃO DE AUDITORIA E NORMAS CONTÁBEIS

ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO
Presidente

ANTONIO LUIZ SARNO
Vice-Presidente

ADESÕES DE ASSOCIADAS

- Almeida Rotenberg e Boscoli
- Americel S.A.
- DASA – Diagnósticos da América S.A.
- Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
- Globo Comunicações Participações S.A
- GVT Holding
- LLX Logística S.A.
- Lobo e Ibeas Advogados
- Localiza Rent a Car S.A.
- Lupatech S.A.
- Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.
- Paranapanema S.A.
- PDG Realty S.A.
- Redecard S.A.
- Tecnisa S.A.
- Terco Grant Thornton Auditoria e Consultoria
- Wald Advogados
- Wilson Sons S.A.





REPRESENTATIVIDADE

Em 31/12/2009, a Abrasca conta 183 associados, com valor de mercado de 1 trilhão de dólares, representando 80% do total do valor de mercado das empresas listadas na Bovespa.

A Associação se faz representar nas seguintes instituições do mercado de capitais:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

Alfried Karl Plöger e Geraldo Toffanello

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CRSFN)

Darwin Corrêa

CONSELHO DE AUTORREGULAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS (ANBIMA)

Elizabeth Piovezan Benamor e Luiz Serafim Spínola Santos

COMISSÃO CONSULTIVA DE NORMAS CONTÁBEIS (CVM)

Arthur Alexandre dos Santos Filho e Antonio Luiz Sarno

COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO (CVM)

Ana Paula Marques dos Reis e Sandra Calçado

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS (IBMEC)

Antonio D.C. Castro e Eduardo Lucano da Ponte

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRIVATE EQUITY & VENTURE CAPITAL (ABVCAP)

Thomás Tosta de Sá

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (IBRI)

Wilson K. Amarante

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO DE CAPITAIS (CODIM)

Edina Biava e Elizabeth Piovezan Benamor

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIDORES (INI)

Luiz Serafim Spínola Santos

PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

Maurício Perez Botelho

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Arthur Santos, Alessandra Heloise e Eduardo Nogueira de Carvalho

COMISSÃO DE ABERTURA DE CAPITAL (BM&F BOVESPA)

Luiz Serafim Spínola Santos

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF)

Almir Motta da Silva

O Relatório Anual da Abrasca se integra ao Anuário Estatístico das Companhias Abertas para demonstrar a sua representatividade no conjunto da economia brasileira, com relação, principalmente, à participação para a formação do PIB, impostos pagos, empregos e investimentos.

PARTICIPAÇÃO ATIVA NA IMPLANTAÇÃO DO NOVO PADRÃO CONTÁBIL – IFRS

A alteração da Lei 6404/76 pela Lei 11.638/07 representou o início da mudança das práticas contábeis brasileiras para o padrão internacional (IFRS). A implantação dos novos padrões contou com a participação ativa da CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis – da Abrasca, que efetivamente ofereceu comentários e sugestões a todos os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas que foram colocadas em audiência pública conjunta pelo CPC e pela CVM. Para tanto, foram realizadas inúmeras reuniões e produzidos extensos relatórios com as sugestões e opiniões para o aprimoramento das matérias.

Essa participação ativa também gerou o desenvolvimento do conhecimento técnico dos profissionais de contabilidade das companhias abertas associadas à Abrasca, que puderam discutir, em um fórum de alto nível, todo o novo arcabouço contábil brasileiro, gerando conhecimento direto para as empresas que estão mais bem preparadas e sabedoras dos possíveis impactos antecipadamente.

Foram objeto de estudos que resultaram em sugestões e aperfeiçoamentos a todos os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas do CPC que se seguem:

CPC 14 R1 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

CPC 15 – Combinação de Negócios

CPC 16(R1) – Estoques

CPC 17 - Contratos de Construção

CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada

CPC 19 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)

CPC 20 – Custos de Empréstimos

CPC 21 – Demonstração Intermediária

CPC 22 – Informações por Segmento

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

CPC 24 – Evento Subseqüente

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 – Ativo Imobilizado

CPC 28 – Propriedade para Investimento

CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola

CPC 30 – Receitas

CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 33 – Benefícios a Empregados

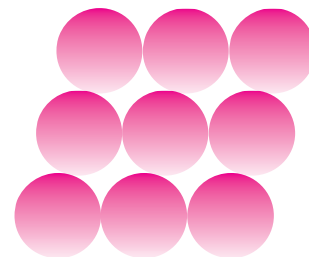
CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais

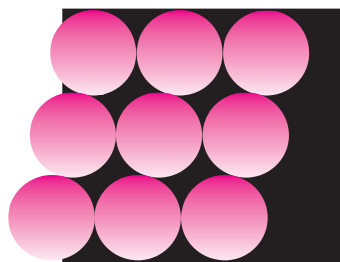
CPC 35 – Demonstrações Separadas

CPC 36(R1) – Demonstrações Consolidadas

CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração





- CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
- ICPC 01 – Contratos de Concessão
- ICPC 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário
- ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
- ICPC 04 – Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações
- ICPC 05 – Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria
- ICPC 06 – Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior
- ICPC 07 – Distribuição de Lucros in Natura
- ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
- ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
- ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43
- ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes
- ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares
- OCPC 01(R1) – Entidades de Incorporação Imobiliária
- OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008
- OCPC 03 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

RECEITA FEDERAL DO BRASIL ACOLHE SOLICITAÇÃO DA ABRASCA PARA A CRIAÇÃO DE UMA REGULAMENTAÇÃO PARA O RTT – REGIMÉ TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO

A Receita Federal do Brasil emitiu, em junho de 2009, a Instrução Normativa 949/09 que acolhe o pedido da Abrasca de criação, com urgência, de uma regulamentação para o RTT - Regime Tributário Transitório - de forma que, entre outros motivos, evitasse o não cumprimento dos prazos pelas companhias abertas para a divulgação das informações a serem exigidas nas informações do RTT.

O Regime Tributário de Transição tornou-se um importante passo para viabilizar o processo de convergência das práticas contábeis brasileiras, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, às normas internacionais. No entanto, a sua regulamentação seria imprescindível, tal como ocorre em processos de tamanha complexidade. Assim, os fatores – atraso na divulgação do nível de detalhamento a ser exigido nas informações do RTT e o extenso prazo necessário à adequação dos sistemas – poderiam tornar inexequível a implantação de sistemas com alta complexidade somente para o período 2008-2009, visto que os sistemas só ficariam prontos em data muito próxima ao fim do Regime, com um custo muito alto para a sua implementação pelas empresas.

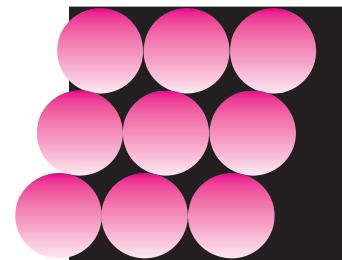
Dessa forma, a Receita Federal, através da Instrução Normativa 949/09, atendeu pleito da Abrasca e regulamentou o RTT, reduzindo significativamente os custos das companhias abertas com mudanças de sistemas e incluindo o dispositivo que permitiu a apuração do custeio da produção e a conseqüente valoração dos estoques, nos anos de 2008 e 2009, sem prejuízo dos valores dos tributos apurados.

A Instrução diz o seguinte no parágrafo 4º do artigo 3º:

*“O contribuinte que mantiver sistema de contabilidade de custo integrado e coordenado que atenda às condições dos §§ 1º e 2º do artigo 294, do Decreto nº 3.000, de 1999, **poderá, opcionalmente, para fins de apuração mensal do custo dos bens e serviços vendidos com base nos métodos e critérios contábeis vigentes em 31/12/2007 e respectivo registro no Fcont:***

I) apurar fator de proporcionalidade existente entre o custo dos bens e serviços vendidos e o produto da soma deste custo e do estoque final constantes na escrituração contábil do mesmo período;

II) aplicar o fator de proporcionalidade, conforme item I, ao saldo da conta de estoque, apurado conforme métodos e critérios contábeis vigentes em 31/12/2007, antes da apuração dos custos dos bens e serviços vendidos do período.”



ABRASCA NO GRUPO DE TRABALHO DO SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

A Abrasca participa ativamente do Grupo de Trabalho de implantação do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital – dedicando esforços, principalmente, na disseminação e no aprimoramento das alterações dos novos ambientes de informações fiscais para as companhias abertas associadas e na simplificação dos procedimentos fiscais.

Em 2009, realizou reuniões do Grupo de Trabalho do SPED, sob o âmbito da CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca, para discutir entre outros temas: (1) a mudança do “layout” do F-CONT – escrituração das contas patrimoniais e de resultado das companhias, (2) a minuta de Instrução CVM, posta em audiência pública, que dispõe sobre a obrigatoriedade do envio, por parte das companhias abertas, das suas escriturações mercantis ao SPED e (3) a alteração da minuta de convênio entre a Receita Federal e o CONFAZ.

Sobre o F-CONT, os representantes da Abrasca participaram de reuniões restritas na Receita Federal do Brasil para tentar evitar a criação, através desse sistema, de dois tipos de balanços, um fiscal e um contábil. O layout final do sistema ainda não foi publicado.

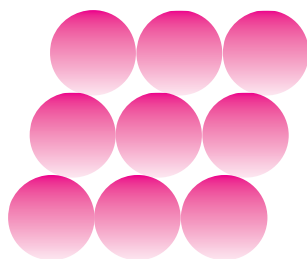
Além disso, enviou comentários à CVM sobre a minuta de Instrução que dispõe sobre a obrigatoriedade do envio, por parte das companhias abertas, das suas escriturações mercantis ao SPED, cuja principal sugestão da Abrasca foi o pedido de alteração da minuta de Instrução para o mesmo período acordado, no âmbito do Grupo de Trabalho do SPED, com a Receita Federal do Brasil, até o dia 30 de junho de cada ano.

Essa data, que foi decidida após amplas discussões e do acordo dos membros do Grupo de Trabalho do SPED da Abrasca e a Receita Federal do Brasil, trazia as companhias para uma zona de conforto de tempo, permitindo um trabalho mais acurado relacionado a essas informações.

Além disso, as demonstrações financeiras de companhias abertas, enquanto não aprovadas pela AGO – Assembleia Geral Ordinária, não podem ser consideradas encerradas, por ainda não terem sido aprovadas pela AGO. Assim, a escrituração mercantil, que origina e permite a elaboração das demonstrações financeiras, não deve ser enviada para o SPED antes dessas mesmas demonstrações financeiras serem aprovadas pela AGO.

Por fim, os representantes da Abrasca participaram da reunião na Receita Federal do Brasil, em Brasília, que discutiu a alteração da minuta de convênio entre a Receita Federal do Brasil e o CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária – que dispõe sobre o compartilhamento da Escrituração Contábil Digital no ambiente do SPED.

A minuta de convênio possui dispositivos que possibilitam a abertura total das informações das companhias, quando solicitado pelos Estados, ferindo os prazos legais e regulatórios que elas



devem seguir, podendo comprometer o sigilo de informações confidenciais e estratégicas das companhias abertas. Os argumentos utilizados pela Abrasca sensibilizaram a Receita Federal do Brasil, que solicitou a elaboração de um documento contendo a argumentação que demonstre a necessidade de alteração da minuta de convênio.

ABRASCA INGRESSA COMO *AMICUS CURIAE* EM PROCESSO DE RESSARCIMENTO DE IOF QUE PODERÁ SE ESTENDER PARA TODAS AS COMPANHIAS

O Recurso Extraordinário 583.712-0/SP, em trâmite no STF, vem tratar do ressarcimento do IOF cobrado sobre ganhos de capital com ações de uma companhia aberta. Com a criação de novas hipóteses de incidência do IOF sobre atos jurídicos praticados com ativos adquiridos pelos contribuintes, argumentou-se que o IOF, tal como delineado pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional, incide sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários; entretanto, a lei que criou tais novas hipóteses – Lei nº 8033/90 –, não teria previsto a exigência do imposto sobre tais operações.

Concomitante ao pleito judicial, as Comissões Técnicas da Abrasca (Cojur e Comec) acordaram sobre o ingresso da Abrasca como *amicus curiae* no processo supracitado, visto tratar-se de incidência tributária que pode afetar diretamente o interesse de acionistas de companhias abertas, não estando a presente discussão restrita somente ao interesse subjetivo das partes que atuam no processo.

Requerida, então, a participação da Abrasca como “*amicus curiae*” no processo relativo à incidência do IOF sobre transmissão de ações de companhias abertas, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, deferiu o pedido

Tal ressarcimento do IOF sobre as posições em ações é um dispositivo que valoriza o ativo “ações” e que, por isso, deve ser visto pela Abrasca como um fator de valorização do mercado acionário e, por consequência, das companhias abertas.

CÓDIGO DE AUTORREGULAÇÃO DA ABRASCA TEM O OBJETIVO DE CRIAR VALOR PARA AS COMPANHIAS ABERTAS

A Abrasca está elaborando seu Código de Autorregulação. O objetivo é estabelecer um padrão básico de governança cuja adoção pelas companhias – principalmente aquelas que estão vindo a mercado com maior exposição junto a investidores de todos os perfis, inclusive estrangeiros – reforce a percepção de qualidade dos ativos da jurisdição brasileira. Trata-se, portanto, de uma iniciativa visando criar valor para os acionistas e as próprias companhias abertas associadas.

Este Código está sendo baseado em princípios ao invés de regras detalhadas, visando dificultar o descumprimento da essência do que se busca alcançar. Na sua concepção, o Código adota uma abordagem de “aplique ou explique”, modelo flexível que confere às empresas liberdade para decidir não praticar uma ou algumas regras, na condição de explicar aos acionistas e ao mercado os motivos para tal decisão.

Nesse sentido, as linhas mestras do Código abrangem temas de grande relevância: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; Responsabilidade dos Administradores; Política de Remuneração; Controles Internos e Gestão de Riscos; Transações com Partes Relacionadas; Reorganizações Societárias; Ofertas Públicas de Aquisição, e Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

Alguns dos tópicos acima refletem preocupações manifestadas pela CVM, como, por exemplo, o tema da gestão de riscos, cuja relevância reflete as perdas com derivativos financeiros que algumas empresas sofreram no ano passado, evidenciando a necessidade de reforçar o papel e a responsabilidade dos conselheiros nos controles internos das companhias.

Na avaliação da equipe envolvida na elaboração deste Código, um dos temas mais relevantes é a questão das reestruturações societárias. O tema foi incluído na pauta de trabalho por sugestão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), refletindo uma preocupação do mercado frente ao novo modelo que tem se apresentado nas recentes transações de incorporações, envolvendo troca de ações.

O Grupo de Trabalho responsável pelo projeto tem a seguinte constituição:

Luiz Spínola vice-presidente da Abrasca e coordenador;

Antonio Castro – presidente da Abrasca;

Eduardo Lucano – superintendente Geral da Abrasca;

Elaine Palmer – sócia, Barbosa, Mussnich & Aragão;

Geraldo Soares – presidente do IBRI e RI do Banco Itaú;

Henrique Lang – sócio, Pinheiro Neto Advogados;

Henry Sztutman – sócio, Pinheiro Neto Advogados;

Maria Isabel Bocater – sócia, Bocater, Camargo e Costa e Silva;

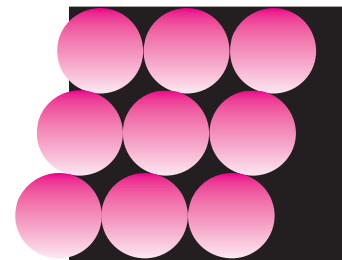
Nair V.S. Janson – sócia, Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga;

Roberto Castello Branco – RI da Vale S.A.;

Rodrigo Krause – RI da Multiplan;

Tarcisio Beuren – RI da Gerdau;

Thomás Tosta de Sá – Plano Diretor do Mercado de Capitais e conselheiro da Abrasca.



REDUÇÃO DAS ANUIDADES PAGAS PELAS COMPANHIAS À BM&F BOVESPA

A BM&FBovespa, no início de 2009, através do Ofício-Circular nº 070/2008-DP, aumentou as anuidades pagas pelas companhias listadas. A justificativa para o aumento, apresentada pela Bolsa, foi a adequação das taxas de anuidade à realidade do mercado, decorrente de toda uma revisão de emolumentos e tarifas que desonerou as suas operações. Diante disso, a Abrasca foi acionada pelas companhias associadas insatisfeitas com o reajuste, que na maioria dos casos atingia patamares bem elevados, para iniciar uma negociação com a Bolsa.

No final de março, a Abrasca, representada por diversas companhias associadas, teve uma reunião com a diretoria da BM&FBovespa. O encontro foi muito positivo e a Bolsa entendeu que o aumento surpreendeu as companhias, que não tinham previsão orçamentária para os valores cobrados.

A Abrasca manteve longas negociações com a BM&FBovespa sobre os novos valores das anuidades, acompanhadas por expressivo número de associadas, obtendo uma significativa suavização na implantação dos novos valores. Em outras palavras, com a solução final obtida, fruto das negociações das duas entidades, houve redução em relação aos valores pretendidos nos exercícios de 2009 e 2010, conforme abaixo

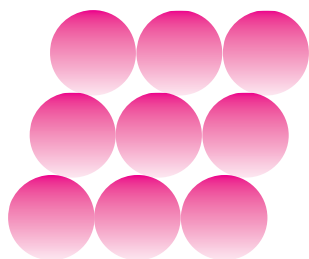
Desconto em 2009:

Para companhias com capital social até R\$ 500 MM, desconto de R\$ 12.195,12.

Desconto em 2010:

Para companhias com capital social até R\$ 500 MM, desconto de R\$ 6.097,56.

Não haverá desconto em 2011, o aumento será efetivado na sua totalidade.



ABRASCA MOBILIZA NÚMERO EXPRESSIVO DE EMPRESAS PARA DISCUTIR ALTERAÇÕES NAS REGRAS DO NOVO MERCADO

A Abrasca foi convidada pela BM&FBovespa para integrar a Câmara Consultiva do Novo Mercado (CCNM), com o objetivo de estudar propostas de mudanças nas regras do Novo Mercado. Para dar objetividade ao trabalho e agilizar os processos de discussão e decisão sobre os temas, as propostas foram divididas entre cinco grupos de trabalho, que passaram a tratar, especificamente, dos seguintes pontos: a) Conselho de Administração e Conselho Fiscal; b) Uma ação 1 voto – Assembleias; c) Transferência, aquisição e alienação de controle acionário – Distribuição pública; d) Reorganização societária; e) Níveis 1 e 2 e outros.

O trabalho desses cinco grupos durou quatro meses, período no qual a Abrasca conseguiu mobilizar um número expressivo de companhias listadas nos segmentos especiais da BM&FBovespa. Todas tiveram participação ativa nas discussões por meio de seus profissionais das áreas jurídica e de RI, assim como os principais dirigentes das empresas.

O envolvimento que a Abrasca conseguiu promover para analisar as propostas do CCNM foi fundamental para encaminhar à BM&FBovespa um elenco de sugestões assinadas por cerca de 50% das companhias listadas em cada um dos três segmentos especiais da Bolsa. Os documentos refletiam os anseios, preocupações e propostas das companhias, permitindo à BM&FBovespa avançar com segurança na reformulação das regras do Novo mercado.

ABRASCA PROMOVE NEGOCIAÇÃO BEM SUCEDIDA COM A BM&FBovespa SOBRE O AUMENTO NA TAXA DE CUSTÓDIA DE ADRS

A BM&FBovespa, pelo ofício-circular nº 005/2009-DP, de 23 de janeiro de 2009, divulgou uma nova Política de Tarifação de Produtos e Serviços, com expressivo aumento das taxas sobre os valores em custódia dos ativos de renda variável. Depois de analisar o documento, a diretoria da Abrasca reuniu os associados com programas de ADR, que seriam os maiores atingidos pelo aumento nas tarifas, e preparou um documento questionando o aumento proposto pela Bolsa. Este documento, contendo comentários e ponderações sobre a medida, foi enviado no dia 2 de abril de 2009, para a BM&FBovespa, com cópias para os presidentes do Banco Central e da CVM.

Em resposta a esta carta, foi montado um Grupo de Trabalho composto por representantes da Abrasca e da BM&FBovespa para construir uma solução comum para a questão.

A Abrasca e as companhias emissoras reconheceram a assimetria de custos de custódia existente no mercado de ADRs até então. A BM&FBovespa reconheceu que a aplicação da tabela-padrão da custódia às contas de ADR sobrecarrega o custo de manutenção das mesmas, prejudicando o mercado.

Pelo ofício-circular nº 082/2009 – DP, de 23 de dezembro de 2009, a BM&FBovespa instituiu nova política de preços segundo os termos negociados com a Abrasca e suas companhias associadas.

PESQUISA SOBRE RODÍZIO DE FIRMAS DE AUDITORIA

No dia 11 de agosto de 2009, foi realizada, na sede da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma apresentação da versão final da pesquisa, contratada pela Abrasca, sobre “Análise Qualitativa do Rodízio de Firmas de Auditoria”, que foi elaborada pelo Núcleo de Estudos em Contabilidade e Controladoria da Fundação Getúlio Vargas.

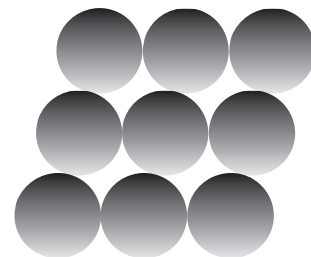
A primeira versão deste trabalho foi apresentada, preliminarmente, em fevereiro, à CVM, quando a presidente da autarquia, Dra. Maria Helena Santana, solicitou esclarecimentos adicionais sobre alguns pontos da pesquisa, que foram incluídas na versão final.

O objetivo do estudo foi fazer uma análise complementar da emissão de pareceres com ressalva e do efeito combinado do rodízio, nos dois primeiros anos da atuação de um novo auditor.

A pesquisa foi construída, inicialmente, apenas correlacionando a ocorrência de ajustes relevantes nos balanços das companhias com os anos em que ocorreram as trocas das auditorias.

O objetivo era relacionar a ocorrência de ajustes corretivos nos balanços das companhias com o fato de ter havido rodízio da firma de auditoria.

A pesquisa econométrica foi conduzida pela PUC-Rio. De posse do resultado, a Abrasca encomendou à FGV uma análise qualitativa do trabalho. Este procedimento identificou que a totalidade dos ajustes apontados como correções geradas pelo rodízio foram consequência de procedimentos contábeis naturais, demandados pelo ambiente de negócios da companhia, o que ratifica a posição da Associação, que considera desnecessário o rodízio de auditorias.



ABRASCA LANÇA ANUÁRIO ESTATÍSTICO

A Abrasca lançou no dia 28 de outubro, em um almoço no Novotel Jaraguá, em São Paulo, o **Anuário Estatístico das Companhias Abertas – edição 2009**. Os dados reunidos pela publicação revelaram que, em 2008, as 374 companhias abertas analisadas recolheram R\$ 55,2 bilhões em impostos, resultado 11,16% inferior ao de 2007. A participação dessas companhias no Produto Interno Bruto (PIB) foi de 15,69%, percentual ligeiramente acima do ano anterior.

O número de empregos diretos gerados pelas companhias abertas em 2008 foi de 1.257.509, com alta de 26,46%. O setor que mais empregou foi o de Bens de Consumo Cíclicos (Alimentos, Bebidas e Fumo), com crescimento de 36,2%, seguido pelo de Infraestrutura (20,4%) e Serviços (18%). O setor de Utilidade Pública (energia elétrica e saneamento) foi o único que registrou queda, 5,2%.

A análise das demonstrações financeiras mostrou que a receita líquida dessas empresas totalizou R\$ 1,27 trilhão, com aumento de 21,6% em relação a 2007. O ativo total subiu 48,47% ao somar R\$ 4,9 trilhões e o patrimônio líquido subiu 22,85%, ao totalizar R\$ 1,02 trilhão. Os indicadores do primeiro semestre de 2009 já mostravam que o pior da crise já tinha passado e que as empresas davam sinais claros de recuperação.

PRÊMIO ABRASCA DE CRIAÇÃO DE VALOR

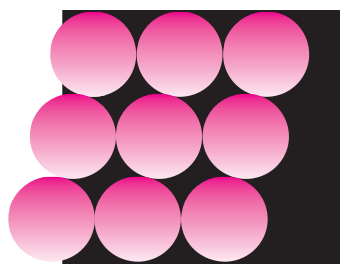
O prêmio Abrasca de Criação de Valor, que está em sua segunda edição, foi instituído para destacar as empresas que apresentaram, de acordo com a metodologia adotada e amplamente disseminada, os melhores casos de criação de valor, sustentabilidade dos resultados, controle de riscos, transparência e atuação social.

A metodologia utiliza dados quantitativos, como informações econômico-financeiras, e qualitativos, com base nas melhores práticas de governança corporativa.

O Comitê de Premiação foi constituído por Antonio D. C. Castro, presidente da Abrasca; Antonio Jorge da Cruz, da ABRAPP; Edison Garcia, da AMEC; Alberto Jorge Kiraly, da ANBID; Carlos Roberto Matavelli, da ANEFAC; Lucy Souza, da APIMEC; Edna Holanda, da BM&BOVESPA; Julio Miranda, da ANDIMA; José Luiz R. Carvalho, do IBRACON; Ricardo Rosanova Garcia, do IBRI; Walter Machado de Barros, do IBEF; Alberto Whitaker, do IBGC; e Théo Rodrigues, do INI, sendo Eduardo Lucano da Ponte, superintendente geral da Abrasca, o coordenador do Comitê.

As companhias vencedoras foram as seguintes:

- Prêmio Abrasca de Criação de Valor: Ultrapar;
- Prêmio Destaque Setorial - Alimentos, Bebidas e Fumo: Souza Cruz;
- Prêmio Destaque Setorial – Construção Civil e Mercado Imobiliário: Eternit;
- Prêmio Destaque Setorial - Educação: Estácio Par;
- Prêmio Destaque Setorial – Energia Elétrica: CTEEP;
- Prêmio Destaque Setorial - Telecomunicações: Tele Norte CL;
- Prêmio Destaque Setorial – Transporte e Logística: CCR Rodovias; e
- Prêmio Destaque Setorial - Cosméticos, Higiene e Limpeza: Natura.



PESQUISA CENÁRIOS MACROECONÔMICOS DE 2009

Como faz anualmente, a Abrasca procurou ouvir, no início de cada semestre, a opinião de seus associados sobre as tendências futuras de alguns agregados macroeconômicos.

Segundo a pesquisa sobre as expectativas para o 1º semestre de 2009, em relação ao 2º semestre de 2008, 50% dos respondentes achavam que a demanda no setor cairia; na opinião de 81% o crescimento do PIB deveria apresentar queda. Do mesmo modo, o emprego no país, para 85% dos associados, a balança comercial (para 71%), as exportações (para 75%) e os investimentos (para 86%) deveriam também apresentar queda.

Como se verificou, são maiorias consistentes, que demonstravam o clima de pessimismo com relação a esses agregados macroeconômicos. Por outro lado, 50% dos que responderam à pesquisa acreditavam que o emprego no setor em que atuam permaneceria estável, assim como, na opinião de 65% dos entrevistados, os preços no setor também permaneceriam estáveis. Na opinião dos 21% dos associados, a inflação não deveria subir; os demais acreditavam que ela poderia ficar estável (para 35%) ou em queda (para 44%). Do mesmo modo, acreditavam que o câmbio real ficaria, para 38% dos entrevistados, estável, enquanto que, para 37%, cairia, a mesma disposição ocorrendo com relação aos juros reais, que para 40% deveriam ficar estáveis e para 48% deveriam cair. Finalmente, a maioria (56%) achou que o Ibovespa ficaria estável, embora um significativo número (31%) achou que iria subir.

Tratando-se das expectativas para o 2º semestre, em relação ao 1º, o otimismo voltou.

De acordo com os dados, 57% dos entrevistados acreditavam que a demanda deveria aumentar até dezembro, enquanto 34% apostavam que se manteria estável. Este resultado aponta para uma mudança radical na percepção da economia. No primeiro semestre do ano, a pesquisa mostrou que 50% achavam que a demanda iria cair e apenas 13% esperavam aumento nos negócios em seus setores de atuação. A consulta foi feita pela Abrasca no final de junho junto às suas companhias associadas, que representam mais de 80% do valor de mercado das empresas listadas na BM&FBovespa.

Na opinião de 46% das companhias, o Produto Interno Bruto cresceria nos próximos meses, enquanto, no primeiro semestre, 81% acreditavam em queda no PIB. Mudaram também as expectativas em relação às exportações. Para o segundo semestre, 52% dos entrevistados afirmaram que as vendas para o exterior cresceriam, percentual que contrasta com o do primeiro semestre, quando apenas 8% acreditavam nesta possibilidade e 75% em queda. A relação é relativamente parecida com a balança comercial, que para 41% deve aumentar, contra 71% que, em janeiro, não via possibilidade de isso ocorrer. As companhias se manifestaram menos pessimistas em relação aos investimentos: 46% acreditaram em estabilidade e 36% em alta. Houve, portanto, uma mudança expressiva na comparação com o primeiro semestre, quando 86% apostavam em queda nos investimentos. O emprego, tanto no setor de atividade da empresa quanto no país, deveria se manter estável, segundo os entrevistados.

A tendência dos preços para os próximos meses também seria de estabilidade na opinião de 57% dos consultados, contra 65% no primeiro semestre. Com relação aos juros reais, 61% acharam que cairiam e 32% apostaram na estabilidade. Já a tendência do Ibovespa seria de alta na opinião de 55% dos entrevistados, enquanto 41% achavam que se manteria estável.

ARTIGOS DO PRESIDENTE DA ABRASCA

Transparência, gestão de risco e agilidade na divulgação

A Abrasca sempre defendeu que a preocupação nas empresas deve ir bem além do curto prazo, contribuindo assim para que houvesse uma justa valorização do princípio da sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo. Recentemente, ganharam espaço desde as atividades pró-ativas no campo socioambiental até a escolha dos integrantes dos Conselhos de Administração, passando ainda, com muita ênfase, pela boa gestão de risco. Quanto a esta última, é preciso observar que a demanda dos investidores por transparência na gestão de risco das empresas vem se elevando substancialmente.

Uma das mais poderosas ferramentas da Abrasca em favor destes princípios é o Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, já na 11ª edição. Com ele, a entidade quis, por intermédio de uma Comissão Julgadora de alto nível, colocar as companhias em contato com tipos de informação que não faziam parte do seu dia-a-dia. O prêmio para melhor relatório e os prêmios para tópicos específicos (estes destinados a empresas abertas e fechadas e a entidades que neles se destacam) representam uma chancela da qualidade destas organizações no relacionamento com os diferentes segmentos do público e com a sociedade em geral. A premiação serve de exemplo às demais empresas e abriu caminho para o uso sistemático de procedimentos corretos e transparentes, privilegiando ano após ano os aspectos relativos à gestão de riscos.

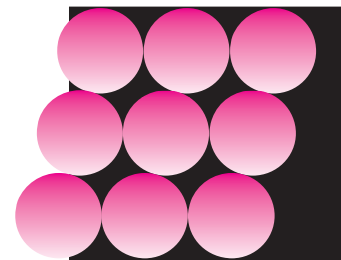
A Abrasca vem mostrando ser uma força avançada na defesa da implantação de posturas e procedimentos que estabeleçam uma forte ligação e um corpo de confiança entre companhias e seus investidores, de forma a minimizar os níveis de insegurança ou incerteza, mesmo nas fases menos favoráveis do mercado. Neste quadro, a transparência e a gestão de riscos são partes indispensáveis de qualquer relatório ou prospecto de oferta pública de valores mobiliários ou ainda na divulgação de fatos relevantes. Sua incorporação a tais documentos oferece maior segurança aos analistas e aos investidores, ajudando a moldar um cenário de menor risco para todo o mercado.

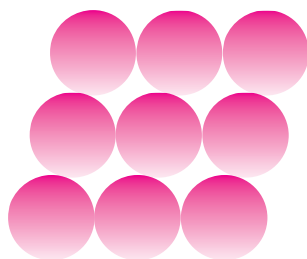
Efeitos da crise poderiam ser menores

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) tem entre seus principais objetivos a luta por um ambiente macroeconômico favorável para que as empresas e o mercado de capitais se desenvolvam. Por isso, sempre se bateu pela redução das taxas de juros e da carga tributária. Da mesma forma, desenvolveu, desde o início de sua existência, ações de estímulo às empresas para a formação de uma cultura interna capaz de torná-las mais resistentes a fases difíceis da economia, de seus setores ou de seus próprios negócios. Nesse sentido, a entidade permanentemente incentiva o relacionamento transparente entre as empresas, seus acionistas e o mercado em geral, com decisões tomadas tendo por foco a sustentabilidade do empreendimento e não resultados de curto prazo. Tal cultura, além disso, deve estar disseminada em todos os níveis da empresa, e não apenas entre membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva. Este trabalho da Abrasca vem sendo feito desde muito antes de o conceito de governança corporativa ter se popularizado. As companhias ganham, assim, uma base sólida para resistir a abalos mais fortes e para uma recuperação mais rápida.

Um ano rico em mudanças

O arcabouço regulatório do mercado de capitais brasileiro passa, em 2009, por importantes avanços. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), editou diversas normas, com destaque para a nova 202, ansiosamente esperada pela Abrasca e o mercado em geral.





A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) entende que, nestas questões, conforme debatido em seminário que promoveu há mais de um ano, há vários pressupostos que devem ser observados. Em primeiro lugar, recomenda a entidade, um regime novo deve conservar as virtudes do atual, com preservação da qualidade das informações financeiras e não-financeiras da empresa emissora e responsabilidade dos participantes pelo prospecto e pela documentação da oferta. Além disso, deve oferecer flexibilidade comparável aos regimes de outros mercados, o que envolve registro automático para emissores maduros e maior diversidade nos modelos de ofertas.

Em um ano carregado de incertezas, com o mercado de capitais sob o impacto da crise internacional, o reforço da estrutura do setor com o aperfeiçoamento de suas regras é particularmente bem-vindo. Além disso, é uma oportunidade de se introduzir normas que evitem, no futuro, a ocorrência de falhas como algumas observadas em passado recente em algumas companhias.

IFRS: um processo trabalhoso, mas compensador

As empresas brasileiras têm, em 2009, um grande desafio: fazer a adaptação de suas estruturas contábeis aos padrões internacionais do IFRS – International Financial Reporting Standards. Espera-as um grande volume de trabalho, que envolverá profundas mudanças na apuração de seus resultados.

O desafio de chegar a esta fase do processo de harmonização foi gigantesco para o CPC e para todas as entidades, instituições e empresas nele reunidas. A Abrasca faz parte deste grupo e não poupou esforços para que a harmonização das normas contábeis brasileiras ao IFRS se dê sem maiores problemas. Um dos exemplos da atuação da Abrasca refere-se à neutralidade tributária da adaptação. Desde o início do processo, uma das maiores preocupações da entidade foi trabalhar para que a harmonização não gerasse custos tributários para as companhias. O assunto foi muito debatido, pois havia interpretações segundo as quais muitas situações resultariam em aumento de tributação. A Abrasca empenhou-se fortemente na defesa da neutralidade, em um esforço que durou vários anos. Finalmente, Medida Provisória (MP) 449, de dezembro do ano passado, criou o Regime Transitório de Tributação (RTT). Esta MP complementa pontos importantes da Lei 11.638/07 e garante que a conversão dos padrões contábeis aos padrões internacionais será feita com total respeito à neutralidade tributária, ou seja, não haverá aumento de tributos para as empresas por conta dessa transmigração. A Abrasca, que nasceu com a missão de atuar em prol das companhias abertas e do aperfeiçoamento e expansão do mercado de capitais, vê na convergência ao IFRS um inquestionável avanço para as empresas brasileiras, que, finda a crise internacional, estarão assim melhor preparadas para atrair recursos de investidores de todos os países.

A nova 202

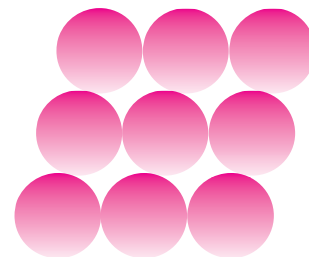
A reformulação da Instrução CVM 202, de 1992, vinha sendo aguardada pelos participantes do mercado de capitais há muito tempo, com o objetivo de dar maior agilidade ao processo de registro de emissões, para as companhias melhor aproveitarem em janelas de oportunidade para suas emissões.

A Abrasca examinou a minuta em audiência pública com extremo cuidado. Assim, chegou a uma proposta de balanceamento entre a indispensável transparência das informações divulgadas e a eficiência delas na decisão de investimento, influência na precificação do ativo e estímulo à liquidez do valor mobiliário.

A Abrasca igualmente fez reparos quanto à proposta de exigência, no Formulário de Referência, de divulgação individualizada de informações sobre a remuneração dos administradores. O entendimento da Abrasca é de que a divulgação individualizada tende a gerar ônus excessivos às companhias e seus administradores, que superam as eventuais vantagens que essas informações poderiam trazer ao mercado e aos investidores. Podem gerar efeitos indesejáveis, no que diz respeito à retenção de executivos de alto nível, inerentes à provável espiral inflacionária que será gerada pela divulgação individualizada.

Em relação às propostas contidas na minuta da CVM para emissores com grande exposição ao mercado, a Abrasca considera excessivo o valor de mercado das ações em circulação adotado como critério para que um emissor detenha o status de EGEM. Nos Estados Unidos, tais emissores são aqueles cujo valor de mercado global das ações em circulação seja igual ou superior a US\$ 700 milhões; ou que tenham emitido, nos últimos três anos, US\$ 1 bilhão em títulos de dívida. Considerando os critérios norte-americanos, os WKSIs correspondem a aproximadamente 30% do número total de emissores de valores mobiliários nos Estados Unidos.

No Brasil, se mantido o critério proposto pela minuta de instrução, ou seja, valor de mercado das ações em circulação igual ou superior a R\$ 5 bilhões, o número de empresas beneficiadas pelo “*fast track*” será inferior a 10% do número total de emissores hoje integrantes do mercado brasileiro.



Período de silêncio sim, mas com prazo menor

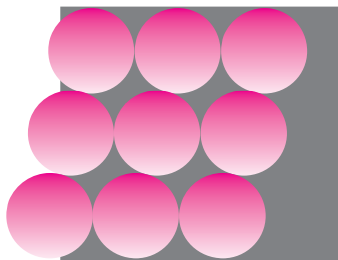
A revisão de normas e procedimentos que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem realizando nos últimos meses para atualizar o mercado de capitais tem sido extremamente saudável. Neste sentido merece elogios a iniciativa de colocar em audiência pública a Nova Instrução nº 400/03, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário e secundário. Dentre os itens que compõem a instrução, existe um que sempre gerou dúvidas e controvérsias ao longo dos anos: o período de silêncio. Uma das questões é a falta de clareza no chamado marco inicial do período de silêncio; a outra é a natureza das informações que o emissor deve se abster de divulgar. Na dúvida, muitas companhias, com receio de ver sua oferta pública suspensa ou colocar em risco o cronograma de lançamento, deixaram de divulgar várias informações, o que é prejudicial para o investidor e o próprio mercado.

A minuta também propõe a dispensa automática de registro de ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por micro e pequenas empresas, no limite máximo de R\$ 2,4 milhões, em cada período de 12 meses. Entendemos a preocupação da CVM em encontrar mecanismos para incentivar essas empresas, como inclusive estabelece a Constituição Federal. Porém acreditamos que outros critérios poderiam ser utilizados sem, contudo, colocar em risco os detentores dos recursos. Nossa sugestão é de que a oferta não ultrapasse a duas vezes o valor do patrimônio líquido do emissor, limitado ao valor máximo de R\$ 2,4 milhões. As pequenas e micros empresas poderiam ainda ser incentivadas com duas outras medidas: dispensa da apresentação de alguns documentos, como o prospecto em ofertas de debêntures e notas promissórias comerciais, que seriam substituídos por um documento com informações resumidas.

Debêntures: o desafio de fortalecer o mercado secundário

Em que pese o expressivo crescimento do mercado de debêntures no país ao longo dos últimos anos, muitas empresas ainda desconhecem os atributos desses títulos e, por essa razão, não os utilizam. Outras, mesmo fazendo uso das debêntures, também não têm pleno conhecimento da abrangência de suas vantagens. Ainda assim, o mercado primário de debêntures vem crescendo significativamente há mais de uma década.

A abertura do estoque de títulos privados mostra que, com R\$ 804 bilhões, os CDBs representavam, em maio, 67% do total desses papéis. Em seguida, vêm as debêntures, com R\$ 258 bilhões ou 21,5% do total. Títulos relacionados à securitização somavam R\$ 120 bilhões ou 10% do total. Tudo indica que esta relação entre títulos públicos e privados poderá se inverter no próximo ano em função de alguns indicadores macroeconômicos: redução da dívida pública em relação ao PIB; queda da inflação e dos juros. Espero que este breve panorama do mercado de debêntures dê uma idéia da importância deste produto para a capitalização das companhias brasileiras. Se a falta de liquidez secundária é um dos pontos que emperram este mercado, que ainda assim movimenta cifras expressivas, qual seria o seu real potencial com um mercado secundário forte? Creio que as entidades de mercado têm pela frente um grande desafio.



O peso da carga tributária no Brasil

Custa caro consumir e produzir em nosso país. Não é de hoje que a taxa do Condomínio Brasil está alta, tanto para as empresas quanto para os cidadãos. De acordo com dados da Secretaria da Receita Federal, no ano passado a carga tributária atingiu o recorde histórico de 36% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, os tributos pagos pelos brasileiros somaram R\$ 1,03 trilhão (R\$ 901 bilhões em 2007), sobre o valor do PIB que ficou em R\$ 1,9 trilhão.

Como ilustração, acho que cabe um breve relato, que faz parte da nossa história e possivelmente esquecido pela maioria. Durante o século 18, o Brasil Colônia pagava um alto tributo para Portugal. Esse tributo incidia sobre tudo o que fosse produzido no país e correspondia a 20% ou 1/5 da produção. Essa taxa, então considerada altíssima e absurda, na época era chamada de “O Quinto” e recaía principalmente sobre a produção de ouro. “O Quinto” era tão odiado pelos brasileiros, que foi apelidado de “O Quinto dos Infernos”. A Coroa Portuguesa quis, em determinado momento, cobrar os “quintos atrasados” de uma única vez, no episódio conhecido como “Derrama”. Isso revoltou a população, gerando a “Inconfidência Mineira”, que teve seu ponto culminante na prisão e julgamento de Joaquim José da Silva Xavier, o nosso Tiradentes. Os técnicos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, com base neste episódio histórico, refizeram as contas e concluíram que a carga tributária brasileira atual se aproxima de 2/5 da nossa produção. Ou seja, aproximadamente o dobro (80% a mais em 2008) daquela exigida por Portugal à época da Inconfidência Mineira, o que significa, em outras palavras, que pagamos hoje quase “Dois Quintos dos Infernos” em tributos.

Abrasca prepara Código de Autorregulação

A Abrasca está trabalhando para colocar em ampla discussão, em 2010, o seu Código de Autorregulação. O objetivo é o de elevar os padrões de governança corporativa das companhias abertas, principalmente no que se refere aos aspectos relativos aos seus *interfaces* com o mercado de capitais, ou seja, melhorar o nível de transparência, prestação de contas, equidade e sustentabilidade.

A decisão da Abrasca segue uma tendência que vem prevalecendo cada vez mais no mercado de capitais brasileiro: a busca pela eficiência regulatória, por meio de processos de autorregulação. A prática já é reconhecida e apoiada pelas entidades reguladoras oficiais como instrumento de grande eficiência. Exemplos bem sucedidos não faltam, tais como o Novo Mercado criado pela BM&FBovespa; os Códigos de Autorregulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid); e o Código de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Na verdade, estamos diante de um processo de mudança estrutural importante que mostra o amadurecimento do nosso mercado. A contribuição das entidades no processo de autorregulação tem sido valiosa, por deterem um amplo conhecimento da atividade que regulam, conseguindo assim obter um número maior de adesões espontâneas aos princípios que estabelecem. A Abrasca tem recebido grande estímulo da CVM e, adicionalmente, apoio e solidariedade das associações de agentes relevantes do mercado de capitais: Abrapp, Amec, Anbid, Apimec, Ibri, etc. Nossa expectativa é dar partida ao processo de autorregulação até o final do primeiro semestre de 2010.

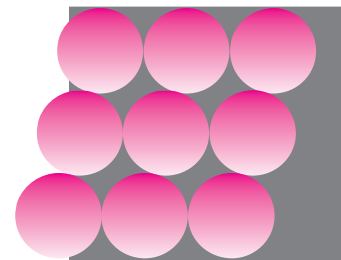
Mercado brasileiro de ações: rentabilidade versus volatilidade

De janeiro a outubro, o Ibovespa registrou uma valorização de 64%, resultado expressivo e surpreendente se for considerado que, no primeiro semestre do ano, o mundo, com exceção da China, estava mergulhado em uma crise econômica severa, que teve seu marco inicial em setembro de 2008. O Brasil, no entanto, foi o primeiro país afetado a dar sinais claros de recuperação e de que a queda de quase 50% no valor de mercado das empresas brasileiras refletia apenas um processo de retração na atividade econômica mundial.

Há dois anos a Abrasca fez um trabalho mostrando a trajetória do Ibovespa até 2007, comparado com o Índice Dow Jones Industrial Average, o principal dos Estados Unidos. Atualizamos recentemente os dados deste estudo, estabelecendo o ano de 1967 como de base 100. Fizemos cálculos em dólares norte-americanos, deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI) dos EUA. Com estes parâmetros, verificamos que, em 42 anos, a rentabilidade real do Ibovespa apresentou, até outubro deste ano, uma média de valorização anual de 9,2%. Já o índice Dow Jones registrou uma média de rentabilidade anual de 2,2%.

Fizemos também uma comparação da trajetória do PIB dos dois países, confrontando-a com a rentabilidade do Ibovespa e do Dow Jones. Enquanto a rentabilidade do Ibovespa (9,2% a.a) bateu de longe o crescimento médio anual do PIB, da ordem 4,3% desde 1967, a rentabilidade média do Dow Jones, de 2,2% a.a., ficou abaixo do crescimento médio da economia dos EUA, da ordem de uma média anual de 3,1%, neste mesmo período.

É preciso lembrar que o governo tem como meta superávit primário de 2,5% do PIB para este ano e para 2010. Para atingir este resultado, precisará aumentar a arrecadação e reduzir custos. Na verdade, o governo está gastando mais do que arrecada. Isso é inadequado porque a economia já está em recuperação e pode haver pressões inflacionárias nos próximos dois anos. Como as despesas públicas estão se expandindo e devem aumentar no próximo ano com a campanha eleitoral, podemos concluir que a economia pode estar caminhando em terreno perigoso. O mercado acionário e os investidores devem estar conscientes disso, apesar do Brasil estar sendo reconhecido internacionalmente como um exemplo de sucesso.



CONTATOS COM ENTIDADES EM 2009

ABERJE: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009.

ABRAPP: Apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

ABYARA S.A.: Apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

ADEVAL: Apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

AMEC – ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES NO MERCADO DE CAPITAIS: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

ANBIMA: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

ANCOR: Apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

ANEFAC: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

APIMEC: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009, apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

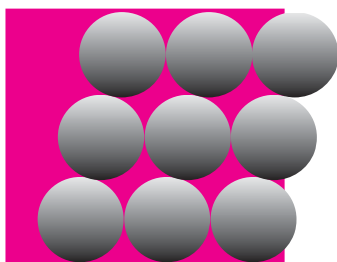
APIMEC SP: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; a Abrasca apoiou o 18º Curso de Introdução de Mercado.

BANCO BRADESCO: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009

BANCO DO BRASIL: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

BANCO MUNDIAL: A Abrasca participou da Conferência “Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional – CreCER”.

BLOOMBERG: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais;



BM&FBovespa: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; a Abrasca apoiou o IX Concurso de Monografia CVM e BM&FBovespa; apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

BNDES: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

CCNM – CÂMARA CONSULTIVA DO NOVO MERCADO: A Abrasca colaborou nas idéias apresentadas na CCNM – sobre a mudança da regulação dos níveis de governança da BM&FBovespa.

CEMIG: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

CETIP: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; a Abrasca realizou, em conjunto com a CETIP, um “Encontro sobre Derivativos”.

CHORUS CALL: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA: A Abrasca apoiou o Fórum Nacional de Indústria.

CODIM – COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO: A Abrasca participa ativamente, como membro, das reuniões do Comitê; apoiou o Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO: A Abrasca apoiou a 6ª Edição do programa TOP para professores universitários e o 4º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor.

COPEL: Apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: A Abrasca participa ativamente, como membro, das reuniões do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CREMER S.A.: Apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS: A Abrasca participa do Comitê Consultivo de Educação da CVM: apoiou a 6ª edição do Programa Top de Treinamentos de Professores, o Prêmio Imprensa de Educação aos Investidores e o IX Concurso de Monografia CVM e BM&FBovespa.

DELOITTE: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE CONTADORES: A Abrasca participou da Conferência “Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional – CreCER”.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS: Realizou a pesquisa que aprofundou qualitativamente o estudo feito pela PUC para a CVM sobre rodízio obrigatório de firmas de auditoria.

FIPECAFI: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

GREENBERG TRAUIG: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

IBEF SÃO PAULO: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009 e o Prêmio Criação de Valor, edição 2009; a Abrasca apoiou o Fórum de Debates sobre o tema “Disclosure sobre a remuneração dos administradores de companhias abertas”.

IBRACON: Sediou reuniões da CANC; apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009, e o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; organizou, em conjunto com a Abrasca,

o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; a Abrasca apoiou o 18º Curso de Introdução ao Mercado de Capitais; apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009, apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

INI: Apoiou o 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual, edição 2009; apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

ITAÚ UNIBANCO: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

JP MORGAN: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

KPMG: Apoiou o Prêmio Criação de Valor, edição 2009.

LINCX: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

MATTOS FILHO, VEIGA FILHO MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS: Sediou reunião do Conselho Diretor da Abrasca.

MELHORAMENTOS: Sediou reunião do Conselho Diretor da Abrasca.

NYSE: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

OI S.A.: Apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

PERDIGÃO: Sediou a reunião do Conselho Diretor da Abrasca.

PETROBRAS: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

PR NEWSWIRE: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

PINHEIRO NETO ADVOGADOS: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; participou ativamente das atividades das comissões técnicas COMEC e COJUR, inclusive sediando reuniões.

PRICEWATERHOUSECOOPERS: Sediou a reunião do Conselho Diretor da Abrasca; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

REVISTA BANCO HOJE: A Abrasca presidiu o júri composto para o Prêmio “Os Bem-Sucedidos em 2009”, da revista “Banco Hoje”.

RI WEB: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009.

SABESP: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESH ADVOGADOS: Sediou reunião do Conselho Diretor da Abrasca.

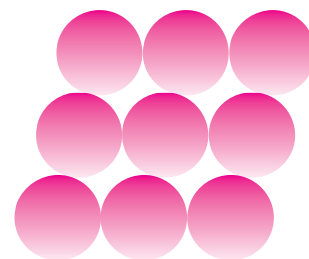
SOUZA CRUZ: Sediou reunião do Conselho Diretor da Abrasca, apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2009

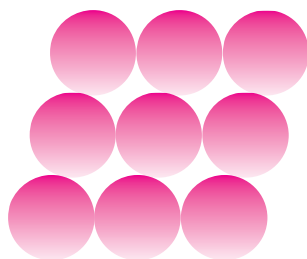
THE BANK OF NEW YORK MELLON: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

THE MEDIA GROUP: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

UNCTAD: A Abrasca participou da 26ª Sessão do Grupo Intergovernamental de Trabalho e Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR).

VALOR ECONÔMICO: Apoiou o 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.





SUGESTÕES AO PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

A Comissão Jurídica da Abrasca (Cojur) analisou as propostas encaminhadas pela Amec para elaboração do Plano Diretor do Mercado de Capitais de 2009 e fez as seguintes ponderações:

1) Alteração à ICVM 317/99, com o fim de suprir a exigência por parte de companhia aberta da notariação, consularização e reconhecimento de firmas dos instrumentos de procuração outorgados por seus acionistas.

A Cojur manifestou dúvidas quanto à proposta da Amec, uma vez que o texto enviado não deixava clara a forma como a Associação pretendia fazer essa simplificação. A Cojur deliberou estudar melhor o tema, à luz da análise da alteração ao texto da Instrução CVM 317/99 proposta pela Amec;

2) Proposta de emenda à Lei 6.404/76, com alteração do parágrafo segundo do artigo 124, permitindo que acionistas deliberem que a realização da assembleia possa ocorrer em outra localidade, facultativamente, e não tão somente na sede da companhia.

Sobre esse ponto, os membros da Cojur citaram o marco legal relativo às publicações societárias, o qual prevê que a CVM determine a publicação dos balanços e demonstrações financeiras na cidade sede do maior centro de negociação das ações da companhia. Também foi sugerida flexibilização que viesse a contemplar a distribuição geográfica dos acionistas. Nesse sentido, foram sugeridas duas opções: (a) a cidade de domicílio da maioria dos acionistas; e (b) a participação relativa no capital da companhia, ou seja: que as assembleias possam ser realizadas na sede da companhia ou onde for a maior concentração do capital votante da mesma.

26ª SESSÃO DO GRUPO INTERGOVERNAMENTAL DE TRABALHO E ESPECIALISTAS EM PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES (ISAR)

A Abrasca participou da 26ª Sessão do Grupo Intergovernamental de Trabalho de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR), representada pelo ex-diretor da CVM e membro da CANC – Comissão de Auditoria de Normas Contábeis, Hugo Rocha Braga

O evento foi promovido pela UNCTAD, órgão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, em Genebra, Suíça, e ocorreu no período de 07 a 09 de outubro de 2009.

O tema principal da agenda da 26ª Sessão do ISAR foi dedicado à discussão dos resultados da aplicação prática dos procedimentos de mensuração do valor justo nas demonstrações contábeis em IFRS. Adicionalmente, foram tratados outros assuntos, tais como: IFRS aplicados às pequenas e médias empresas; capacidade de criar estruturas em áreas de contabilidade e relatórios gerenciais; e desenvolvimentos recentes e pesquisas em governança corporativa, relatórios de transparência e responsabilidade corporativa.

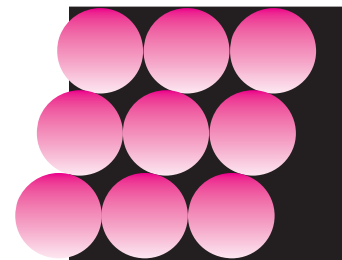
O Grupo sugeriu que sejam desenvolvidos todos os esforços, com a participação dos principais interessados dos países desenvolvidos, para o processo de adoção global dos padrões, de modo a facilitar o ingresso dos demais países, especialmente para abreviar a implementação das medidas de convergência para os IFRS.

PARTICIPAÇÃO EM PRONUNCIAMENTO DO CODIM SOBRE RELEASE E PERÍODO DE SILÊNCIO

A Abrasca participa do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado através de suas duas representantes – Edina Biava e Elizabeth Benamor. Em 2009 foram dois pronunciamentos elaborados: Release (nº 6) e Período de Silêncio antes da Divulgação Pública das Demonstrações Contábeis (nº 7).

Desde que foi criado, em 2005, o CODIM já elaborou e divulgou sete pronunciamentos e realizou 33 reuniões entre os membros.

São membros do CODIM as seguintes entidades: Abrasca, ANBIMA, AMEC, ANCOR, APIMEC, BM&FBOVESPA, CFC, IBRACON e IBRI. A CVM participa como membro observador.



AGENDA LEGISLATIVA DO MERCADO DE CAPITAIS

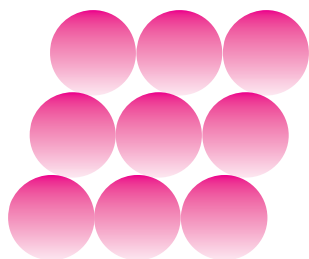
Projeto de Lei 32/99 – EMENTA: Cria balanço social para as empresas que menciona. **RESUMO:** Obriga a elaboração de balanço social para empresas privadas com mais de cem funcionários. E regula o modelo de balanço. **ANDAMENTO:** Em 16/12/2009, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) Devolvido ao Relator, Dep. Renato Molling (PP-RS), para se manifestar sobre a emenda nº 01/07, apresentada na CDEIC. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** Não recomendável a adoção de um padrão único para o balanço social. Tais demonstrações devem continuar sendo voluntárias. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 2.550/00 – EMENTA: Dispõe sobre as ações ordinárias e preferenciais não reclamadas correspondentes a participação acionária em sociedades anônimas de capital aberto. **RESUMO:** Transfere para a propriedade da União as ações não reclamadas. **ANDAMENTO:** Projeto em trâmite no Senado com o número 119/05, aguardando retorno. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/523/05. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** Expropriação de ações nominativas em razão de desatualização de cadastro é inconstitucional, e portanto, inadmissível. A Abrasca produziu sugestão de substitutivo. A Abrasca é a favor com alterações.

Projeto de Lei 2.814/00 – EMENTA: Altera o art. 60 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, fixando limites para emissão de debêntures, sendo oitenta por cento do valor dos bens gravados, próprios ou de terceiros, com garantia real ou cem por cento do patrimônio líquido, nos demais casos. na hipótese de oferta pública a CVM poderá, justificadamente, fixar outros limites. **RESUMO:** Impede a emissão de debêntures sem garantia, que ultrapassem o patrimônio líquido da empresa. **ANDAMENTO:** Em 24/03/03, COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) – Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 21/03/03, Letra A, PÁG 8965, COL 02. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A medida, sob o ponto de vista técnico do mercado de capitais e da distribuição de valores mobiliários, é ineficaz e contraproducente. Precisaria ser radicalmente aperfeiçoada. Da forma em que se apresenta, impede a utilização de debêntures em operações de securitização. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei 5.672/01 – EMENTA: Elimina a permissão de dupla estrutura do capital, prevendo a existência de três classes de ações: ordinárias, de fruição e especiais e estabelece normas de transição, relativamente às ações preferenciais, dentre outras alterações. **RESUMO:** Impede a emissão de ações preferenciais e dá prazo para compulsoriamente transformar preferenciais em ordinárias. **ANDAMENTO:** Em 14/5/2009, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Designado Relator, Dep. João Paulo Cunha (PT-SP). Aguardando Parecer. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** Intervenção autoritária e violenta sobre atos jurídicos perfeitos praticados pelo mercado no passado. Na prática o próprio mercado tem desenvolvido mecanismos voluntários para resolver esta questão. A Abrasca é contra.

Projeto de Lei Senado 368/05 – EMENTA: Altera o parágrafo único do art. 81 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o plano real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências”.



RESUMO: Dá novas diretrizes para a reformulação do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). **ANDAMENTO:** 26/06/2009 – CAE – Comissão de Assuntos Econômicos – Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator da Matéria. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca é a favor do projeto de lei.

Projeto de Lei Senado 214/06 – EMENTA: Altera a redação do § 1º art. 111 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito de voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos. **RESUMO:** O projeto amplia o escopo do dispositivo da Lei societária para estabelecer que os titulares das ações preferenciais sem direito a voto passarão a ter essa prerrogativa se a companhia, pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, não lhes pagar nenhum dividendo. **ANDAMENTO:** Em 28/02/2008: SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE. Situação: REMETIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ofício SF nº 155 de 28/02/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 24 a 25). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca é contra o projeto, porque altera contratos juridicamente perfeitos já alinhados, que são direitos estabelecidos em estatuto para os acionistas das companhias.

Projeto de Lei Senado 961/07 – EMENTA: Dispõe sobre a divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante e altera os arts. 27-D e 27-F da Lei nº 6385/76. **RESUMO:** Dispõe sobre o que é relevante, quais as modalidades de atos e fatos relevantes e as formas de divulgação ou de uso dessas informações. Ademais a alteração do art. 27-D trata da equiparação da pena para quem contribui para a obtenção da vantagem indevida, e da possibilidade de medida cautelar no bloqueio dos recursos ilícitos. Enquanto que a alteração do art. 27-F dispõe sobre as multas cominadas para os crimes do art. 27-C e D. **ANDAMENTO:** 01/07/2009 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebimento pela CFT. Designado Relator, Dep. João Paulo Cunha (PT-SP). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** O projeto tem alguns equívocos básicos, a começar pelo fato de que se baseia numa instrução que a CVM revogou, qual seja, a Instrução 31, hoje substituída pela 358. Ademais, o conceito de incluir na lei normas que devem ser flexíveis o suficiente para se adaptarem às circunstâncias do mercado me parece altamente inconveniente. Devem ser feitas visitas individuais ao relator do PL para que sejam colhidas informações sobre a motivação do projeto.

Projeto de Lei Senado 164/08 – EMENTA: Altera o caput do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), para aumentar de oitenta para noventa o percentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle. **RESUMO:** O projeto propõe aumentar de oitenta para noventa o percentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle. **ANDAMENTO:** 17/11/2008, CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA. Distribuído ao Senador Francisco Dornelles, para emitir relatório. (Art. 84, § 2º, III do RISF). **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca entende que não é oportuna a alteração do valor de 80%, previsto no art. 254.

Projeto de Lei 3.401/08 – EMENTA: Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências. **RESUMO:** Visa a instaurar um incidente processual para permitir a ampla defesa toda vez que se pretender desconsiderar a pessoa jurídica para atingir a responsabilidade de sócios e administradores. **ANDAMENTO:** 20/11/2008, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Apense-se a este o PL-4298/2008. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca é totalmente a favor do projeto. Este é fruto de um trabalho do Plano Diretor, do qual a Abrasca participa.

Projeto de Lei 3.804/08 – EMENTA: Acrescenta o § 7º ao art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “Dispõe sobre a sociedade por ações”. **RESUMO:** Obriga as companhias abertas a remeter a seus acionistas informações relativas à pauta de assuntos que serão deliberados na respectiva assembléia. **ANDAMENTO:** 26/08/2009 Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. **POSIÇÃO DA ABRASCA:** A Abrasca é contra o projeto de lei. O assunto é refutado pela ICVM 481.

Projeto de Lei 4.272/08 – EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras para as sociedades de grande porte. RESUMO: Altera a Lei nº 11.638, de 2007. ANDAMENTO: Em 21/10/2009 Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. POSIÇÃO DA ABRASCA: Pretender estender às sociedades de grande porte publicações que já estão sendo questionadas em relação às sociedades anônimas se configura um contra-senso. A Abrasca é contra o projeto de lei.

Projeto de Lei 5.263/09 – EMENTA: Prevê alteração da Lei das Sociedades Anônimas (6.404/76) para considerar a incorporação de uma empresa por outra, por meio da troca de ações, como uma forma de alienação do controle de companhias abertas. RESUMO: Lei das Sociedades Anônimas (6.404/76). ANDAMENTO: Em 08/06/2009 Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Recebimento pela CSSF. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra a idéia e deliberou junto com suas comissões a criação de um grupo de trabalho para redigir um documento a ser enviado ao relator da proposta, Dep. Armando Monteiro.

FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA INCLUI PRIORIDADE SUGERIDA PELA ABRASCA

A Abrasca, representada pelo seu vice-presidente Alfried Plöger, participou, no dia 18 de março de 2009, do Fórum Nacional da Indústria, que discutiu a prioridade dos projetos de lei em tramitação na Câmara de Deputados e no Senado. A CNI – Confederação Nacional de Indústria – elabora uma Agenda Legislativa na qual são listados todos os projetos de lei de interesse da indústria. Essa Agenda contém cerca de 200 projetos, dos quais são extraídos apenas 10, considerados prioritários. Entre esses 10, a Abrasca sugeriu incluir o que trata da desconsideração da personalidade jurídica e mal uso da penhora *on-line*. A sugestão foi aceita.

PROJETO DA NOVA SEDE DA ABRASCA NO RIO DE JANEIRO É SELECIONADO PARA CONCORRER A PRÊMIO DE ARQUITETURA CORPORATIVA

A Abrasca inaugurou o novo departamento regional do Rio de Janeiro, localizado na Av. Rio Branco 12, 6º andar.

A nova sede conta com modernas e funcionais instalações e o seu projeto foi selecionado para concorrer ao VI Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa no setor escritórios e na categoria interiores. O Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa é considerado o maior prêmio da área na América Latina. Entre os jurados figuram os arquitetos Fábio Bitencourt, vice-presidente da Abdeh e presidente do Júri, e Roberto Candusso, da Candusso Arquitetos e vencedor do Prêmio Master da edição passada.

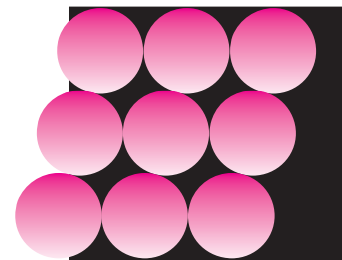
CLÁUSULAS DE PROTEÇÃO À DISPERSÃO ACIONÁRIA: ABRASCA DEFENDE MANUTENÇÃO DAS REGRAS

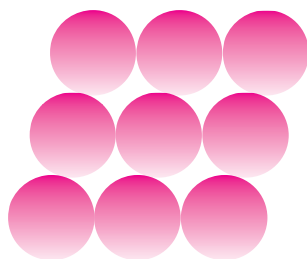
A CVM – Comissão de Valores Mobiliários – divulgou o Parecer de Orientação nº 036, de 23 de junho de 2009, que contém disposições sobre os ônus aos acionistas que votarem favoravelmente à supressão da cláusula de proteção à dispersão acionária.

A minuta foi colocada em audiência pública pelo edital nº 03/2009 e a Abrasca apresentou uma extensa lista de comentários e sugestões, com vistas a aprimorar o documento.

INSTRUÇÃO 480: CVM ATENDE PLEITO DEFENDIDO PELA ABRASCA

Em 07/12/2009, a CVM divulgou a Instrução 480 que estabelece regras para registro de emissores de valores mobiliários admitidas à negociação em mercados regulares e o regime informacional a que tais emissores estão sujeitos. Ela substitui a Instrução CVM 202, de 06/12/1993.





A minuta de Instrução foi submetida à consulta pública por meio do Edital de Audiência Pública nº 07/2008. Posteriormente, a CVM colocou em consulta pública os anexos 25 e 27, em 15 de setembro de 2009, com novas versões do formulário cadastral e do formulário de referência.

Dada a importância do assunto e a extensão da minuta, a Abrasca, como resultante do trabalho de suas comissões técnicas COMEC e COJUR, participou intensamente de ambas as consultas, enviando comentários e sugestões para aprimorar o documento.

Para tanto, foram constituídos 9 grupos de trabalho, constituídos por representantes das empresas associadas participantes da Comec e da Cojur, para analisar e discutir os temas principais da minuta, a saber: comentários dos administradores; remuneração dos administradores; derivativos e riscos do mercado; categorias de companhias abertas; BDR; 'fast track'; capital pulverizado e controle difuso; internet, publicações, prazos e Conselho Fiscal; e formulários de referência. Os nove grupos foram formados por 67 participantes, entre relatores e membros.

O trabalho realizado por esses grupos reuniu um número sugestivo de comentários e sugestões. Cabe ressaltar que a CVM atendeu parcialmente ao pleito das companhias abertas, defendido pela Abrasca, de não exigir a divulgação individual da remuneração de conselheiros e diretores. Pelas novas regras da 480, as empresas terão que divulgar os salários por órgão da administração, e identificar a maior e a menor remuneração individual, bem como a média dos pagamentos.

ABRASCA PARTICIPA DO CRECER 2009

O evento Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional – CRECER 2009, realizado em São Paulo, teve como tema “Restabelecer a confiança depois da crise mundial”, e foi promovido pelo Banco Mundial, a Federação Internacional de Contadores, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a rede das seis maiores firmas de auditoria para os países da América Latina e Caribe.

O vice-presidente da Abrasca, Alfried Plöger, fez a abertura dos trabalhos do painel intitulado “6º Seminário Internacional sobre IFRS” da 3ª edição da Conferência.

18º CURSO DE INTRODUÇÃO AO MERCADO DE CAPITALIS

O 18º Curso de Introdução ao Mercado de Capitais, organizado pela APIMEC, ocorreu no período de 23 de março a 3 de abril de 2009 em São Paulo, e contou com a participação de Almir da Silva Motta, membro da Comissão de Mercado de Capitais da Abrasca, que apresentou a palestra: “Por que ser uma empresa aberta”.

O curso abordou 20 temas essenciais para aqueles que querem entender o funcionamento do Mercado de Capitais. Com palestras ministradas por profissionais de renomadas instituições, o curso direcionou-se para futuros profissionais de investimentos, jornalistas, investidores e universitários.

PRÊMIO OS BEM-SUCEDIDOS DE 2009

No dia 21 de setembro de 2009, foi realizada, em São Paulo, a cerimônia de entrega dos diplomas aos BEM-SUCEDIDOS 2009, promovido pela revista *Banco Hoje*, durante um almoço. A escolha foi feita por um júri composto de 15 entidades representando diferentes segmentos do mercado, presidido por Antonio D.C. Castro, presidente da Abrasca, que destacou, no total, 10 personalidades.

Os premiados nesta edição foram:

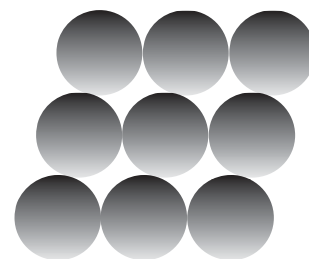
Categoria Especial – O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles

Categoria Instituições-Financeiras – O presidente do banco Itaú-Unibanco, Roberto Setúbal

Categoria Responsabilidade Social – O presidente do Conselho do Bradesco, Lázaro de Melo Brandão

Categoria Educação e Pesquisas – O diretor da CVM, Eliseu Martins

Categoria Entidades – O técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Edson Arisa
Categoria Indústria – O presidente da empresa de frigorífico Marfrig, Marcos Molina
Categoria Comércio – A presidente da rede Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano
Categoria Serviços – O presidente da CPFL Energia, Wilson Ferreira Junior
Categoria Agro-Negócios – O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva
Categoria Imprensa – A redatora do Jornal Valor, Graziella Valenti



PRÊMIO IMPRENSA DE EDUCAÇÃO AO INVESTIDOR

O Comitê Consultivo de Educação – formado por ABRASCA, APIMEC, ANBIMA, BM&FBOVESPA, CVM, IBRI e INI – organizador do 3º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor, anunciou os vencedores da edição 2008 nas duas categorias.

Jornal – Felipe de Menezes Frisch, do Jornal O Globo (RJ), pela matéria “Mais promessas de ganho fácil batem à porta”, publicada no dia 19 de novembro de 2007.

Revista – Luciana Monteiro, da Revista ValorInveste, pela matéria “Unidos pelo bolso”, publicada em agosto de 2008.

Os premiados receberam, além do diploma alusivo, prêmios em dinheiro, no valor individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor foi criado com o objetivo de colaborar com a educação financeira ao estimular a imprensa a veicular matérias e reportagens que, de modo didático, esclareçam as oportunidades e os riscos dos diversos investimentos disponíveis para pessoas físicas, auxiliando a formar investidores mais conscientes dos riscos e oportunidades presentes no mercado de capitais.

SEMINÁRIO SOBRE A CENTRAL DE EXPOSIÇÃO DE DERIVATIVOS DA CETIP

A Abrasca realizou, em conjunto com a CETIP, no Rio e em São Paulo, um “Encontro sobre Derivativos”, cujo objetivo foi promover um debate sobre a Central de Exposição de Derivativos da CETIP, assunto de grande interesse para as empresas e que teve expressivo comparecimento.

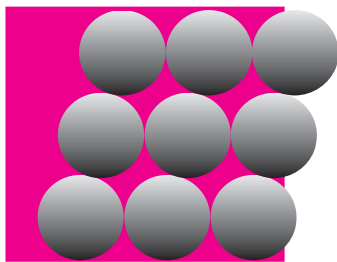
No encontro, foi exposta uma nova ferramenta para gerenciamento de riscos que promoveu debates acerca da evolução da exposição a riscos de cada contrato registrado, consolidação das informações de todos os contratos, registro histórico sobre as informações dos contratos e sobre a Central de Riscos de Derivativos – CETIP.

ABRASCA PARTICIPA DA 6ª EDIÇÃO DO PROGRAMA TOP DE TREINAMENTO DE PROFESSORES

A Abrasca participou da 6ª edição do Programa TOP de Treinamento de Professores. O evento constitui-se de um ciclo de palestras proferidas pelas instituições integrantes do Comitê Consultivo de Educação, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), e aconteceu entre os dias 26 e 30 de janeiro de 2009, em São Paulo (SP).

As palestras a cargo da Abrasca foram ministradas pelo presidente, Antonio D. C. Castro, e por Ana Paula Marques dos Reis, que representa a Abrasca no Conselho Consultivo. Foram abordados dois temas básicos das atividades da Abrasca: o Manual Abrasca de Controle e Divulgação das Informações Relevantes e a visão da Abrasca sobre Governança Corporativa. Cada participante recebeu exemplares do Manual e da publicação sobre governança.

O principal objetivo do programa é atualizar os conhecimentos relativos ao mercado de capitais e unir a prática à teoria, com o propósito de instituir um canal permanente de comunicação e relacionamento com os professores que já lecionam disciplinas sobre o mercado de capitais.



PRÊMIO ABRASCA DE MELHOR RELATÓRIO ANUAL

No dia 22 de outubro de 2009, foi realizada, em São Paulo, a cerimônia de entrega do Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual relativo ao ano de 2008. Neste ano foram 85 companhias inscritas concorrendo pelo prêmio. O objetivo da premiação é apresentar modelos de relatórios de qualidade para o mercado e destacar os aspectos educativos da disseminação do conhecimento e procedimentos da empresa.

A escolha da vencedora é definida por uma Comissão Julgadora integrada por representantes da BM&FBovespa, Apimec Nacional, Apimec/SP, Aberje, Anefac, Abvcap, Anbima, Ibracon, Ibri, Ibef/SP, IBGC e AMEC. A Comissão é presidida por Lucy Sousa, presidente da Apimec Nacional.

Os vencedores de cada categoria foram os seguintes: Companhias Abertas: Grupo 1 (que possuem receita líquida igual ou superior a R\$ 1 bilhão): venceu o Bradesco, com 97,33 pontos. Grupo 2 (que possuem receita líquida abaixo de R\$ 1 bilhão): a premiada foi a Santos Brasil, com 93,67 pontos. Companhias Fechadas: Grupo 1: a ganhadora foi a Samarco Mineração, com 85,67 pontos. Grupo 2: a vencedora foi a TBG, com 80,67 pontos. Organização Não-Empresarial: o ganhador foi o Inpev, com 88,67 pontos.

11º ENCONTRO NACIONAL DE RI E MERCADO DE CAPITAIS

O presidente da Abrasca, Antonio D. C. Castro, abriu o 11º Encontro Nacional de RI e Mercado de Capitais, cujo tema foi o impacto da crise e a atuação do RI no novo cenário econômico. O evento aconteceu nos dias 22 e 23 de junho, no Hotel Sheraton WTC, em São Paulo.

O encontro contou com a participação de 600 inscritos e 60 jornalistas e foi promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri).

O vice-presidente executivo da NYSE, Scott Cuttler, trouxe a visão internacional em relação ao Brasil. Segundo ele, o mercado de capitais brasileiro em termos de regulação está mais preparado para enfrentar a crise. Durante os dois dias de palestras foram discutidos a importância da autorregulação, a segmentação de base acionária com participação dos investidores e pessoa física, o gerenciamento de riscos e governança corporativa.

ABRASCA NA MÍDIA

Em 2009, a Associação Brasileira das Companhias Abertas veiculou na mídia 619 matérias, o que representou uma média de 51,6 veiculações por mês. Paralelamente a 2008, tivemos menos veiculação, uma vez que esse ano foi atípico (com a crise econômica acentuada no último trimestre).

O maior nível de aproveitamento, mais uma vez, foi junto aos veículos online (sites e agências de notícias), com 82% do total. Os veículos impressos representaram 17% desse universo, com presença nas principais revistas e jornais do país, tais como o Brasil Econômico, O Globo e Valor Econômico.

A mídia eletrônica, como rádios e Tvs, ficou com 1%. Neste item cabe observar que nossa presença é assegurada em alguns dos principais veículos noticiosos que atingem o mercado de capitais: TV Bloomberg e Globo News, e as rádios Eldorado e Bandeirantes, que veicularam nossas matérias em rede nacional.

EVENTOS PROMOVIDOS PELA ABRASCA

- Almoço de Confraternização com a imprensa e parceiros de 2009 – 03/12/09 – São Paulo;
- Almoço de Confraternização com a imprensa e parceiros de 2009 – 01/12/09 – Rio de Janeiro;
- Lançamento do Anuário Estatístico das Companhias Abertas, edição 09 / Entrega do Prêmio Abrasca de Criação de Valor – 28/10/09 – São Paulo;
- Entrega do 11º Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual – 22/10/09 – São Paulo;
- Seminário “Encontro sobre Derivativos” – 24/09/09 – Rio de Janeiro;
- Seminário “Encontro sobre Derivativos” – 22/09/09 – São Paulo;
- Comitê de Controle de Divulgação de Informações Relevantes – 21/09/09 – São Paulo;
- Reunião do Comitê de Premiação do Prêmio Abrasca de Criação de Valor – 04/08/09 – São Paulo;
- 11º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais – 22 e 23/06/09 – SP.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/DEZ/2009 E DE 2008

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

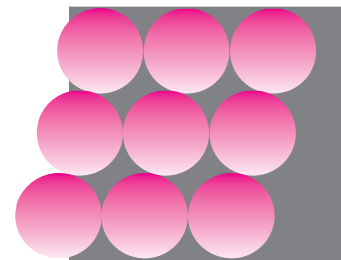
	<u>2009</u>	<u>2008</u>		<u>2009</u>	<u>2008</u>
	(Reclassificado)				
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos (nota 4)	57.330	18.374	Fornecedores	11.173	3.180
Aplicações financeiras (nota 5)	416.191	635.243	Contribuições sociais	14.177	7.814
Contribuições a receber		1.792	Obrigações tributárias	2.758	2.954
Imposto a recuperar	928	928	Provisão de férias	32.793	27.404
Adiantamentos de salários e outros	6.395	139	Cursos e atividades especiais (nota 7)	180.261	258.229
	<u>480.844</u>	<u>656.476</u>	Contribuições a apropriar (nota 8)	<u>222.669</u>	<u>205.620</u>
				<u>463.831</u>	<u>505.201</u>
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO SOCIAL (nota 9)		
Investimentos	1	1	Patrimônio Social	329.941	210.248
Imobilizado (nota 6)	204.886	127.260	Superávit do Exercício	(107.879)	119.693
Intangível	<u>162</u>	<u>405</u>		<u>222.062</u>	<u>329.941</u>
	<u>205.049</u>	<u>178.666</u>			
TOTAL DO ATIVO	<u>685.893</u>	<u>835.142</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>685.893</u>	<u>835.142</u>

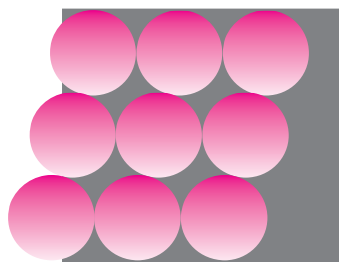
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS ORDINÁRIAS		
Mensalidades	1.479.794	1.411.890
Outras contribuições	<u>109.222</u>	<u>108.392</u>
	<u>1.589.016</u>	<u>1.520.282</u>
DESPESAS ORDINÁRIAS		
Pessoal	(467.017)	(396.957)
Coordenação administrativa	(281.812)	(254.369)
Assessoria	(126.389)	(113.699)
Outras despesas administrativas	(265.215)	(198.259)
Comunicação	(90.484)	(71.269)
Viagens	(153.935)	(122.142)
Aluguéis	(109.281)	(87.091)
Manutenção e equipamentos	(19.102)	(23.568)
Depreciações	(29.329)	(15.328)
Despesas tributárias	(14.621)	(13.390)
Despesas financeiras	(6.394)	(5.535)
Receitas financeiras	69.376	86.901
Outras despesas gerais	<u>(145.404)</u>	<u>(126.987)</u>
	<u>(1.639.607)</u>	<u>(1.341.693)</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com publicações	<u>(57.288)</u>	<u>(58.896)</u>
	<u>(57.288)</u>	<u>(58.896)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>(107.879)</u>	<u>119.693</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.




**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** (Em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2007	157.498	52.750	210.248
Transferência do superávit acumulado	52.750	(52.750)	
Superávit do exercício		119.693	119.693
Em 31 de dezembro de 2008	<u>210.248</u>	<u>119.693</u>	<u>329.941</u>
Transferência do superávit acumulado	119.693	(119.693)	
Superávit do exercício		(107.879)	(107.879)
Em 31 de dezembro de 2009	<u><u>329.941</u></u>	<u><u>(107.879)</u></u>	<u><u>222.062</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** (Em reais)

ORIGENS	2009	2008
Déficit do exercício	(107.879)	119.693
Ajuste para reconciliar o superávit		
■ Depreciação e amortização	29.329	15.328
Superávit ajustado	(78.550)	135.021
Redução/(aumento) nos ativos operacionais		
Contribuições a receber	1.792	
Adiantamentos de salários e outros	(6.256)	751
	83.014	135.772
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	7.993	(25.498)
Contribuições sociais	6.363	1.104
Obrigações tributárias	(196)	(1.241)
Provisões de férias	5.389	4.534
Cursos e atividades especiais	(77.968)	240.516
Contribuições a apropriar	17.049	39.320
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(124.384)</u>	<u>394.507</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(55.712)	(151.676)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(55.712)</u>	<u>(151.676)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(180.096)</u>	<u>242.831</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	653.617	410.786
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	473.521	653.617
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(180.096)</u>	<u>242.831</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/DEZ/2009 E DE 2008 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, entidade sem finalidade de lucro, foi constituída em 21 de dezembro de 1971. São objetivos da Associação:

- a) Colaborar com os poderes públicos competentes, no aperfeiçoamento das medidas disciplinares do mercado de capitais e no que for de interesse geral das associadas;
- b) Colaborar com as entidades públicas e privadas vinculadas ao mercado de capitais, no aperfeiçoamento dos sistemas e atos relacionados com a emissão, distribuição, intermediação e circulação de valores mobiliários ou títulos emitidos pelas associadas e quaisquer direitos a eles relativos;
- c) Participar, junto à Bolsa de Valores, na indicação dos representantes das Companhias Abertas nos Conselhos ou outros órgãos daquelas entidades;
- d) Promover e fomentar a troca, entre as associadas, de informações, experiências e técnicas;
- e) Realizar ou fazer realizar estudos, investigações e pesquisas técnicas e administrativas;
- f) Acompanhar a evolução do direito do mercado de capitais, no país e no estrangeiro;
- g) Coletar e divulgar informações e dados de interesse do mercado de capitais;
- h) Representar as Companhias Abertas, na forma permitida em lei, junto aos órgãos públicos do país ou quaisquer outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, em assuntos relativos aos fins sociais;
- i) Divulgar, debater e promover o mercado de capitais ou a economia de mercado em sentido amplo junto a empresas não associadas e ao público em geral, que poderão participar de eventos, cursos, seminários e de outras atividades promovidas pela Associação;
- j) Estabelecer convênios com outras entidades sem fins lucrativos para a realização de atividades que visem alcançar os objetivos da Associação;
- k) Colocar à disposição de outras entidades sem fins lucrativos, os serviços prestados nas suas finalidades institucionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC T 10 - dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, item 10.19 - Entidades sem Finalidade de Lucros, promulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e na legislação societária Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1. Regime de apuração do resultado

A Associação utiliza o regime de competência dos exercícios para registro de suas operações.

3.2. Ativo e passivo circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos, os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

3.3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo ao valor de realização. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado financeiro foram classificados como mantidos para negociação.

3.4. Permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente, até 31 de dezembro de 1995, sendo ainda o imobilizado depreciado pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens. Em 31 de dezembro de 2008 houve a reclassificação de valores registrados na rubrica de imobilizado para a rubrica de intangível no montante de R\$ 405.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

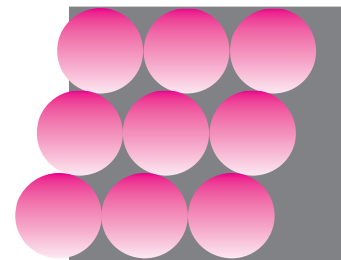
Os ativos do imobilizado e do intangível, com vida útil definida, têm os seus valores recuperáveis testados, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

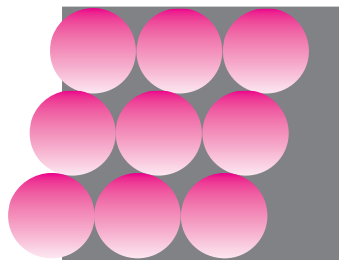
4. CAIXA E BANCOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa		
Bradesco S.A. – Rio de Janeiro	1.420	1.416
Banco do Brasil – São Paulo	120	3.079
Bradesco S.A. – São Paulo	55.650	320
Banco Nossa Caixa	36	13.379
SAFRA S.A. – Rio de Janeiro	104	180
	<u>57.330</u>	<u>18.374</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundos de aplicação financeira		
■ Safra S.A.	351.127	470.802
■ Concórdia	29.620	129.593
■ Sudameris do Brasil S.A.	24.789	23.070
■ Bradesco S.A. – São Paulo	3.983	9.948
■ Bradesco S.A. – Rio de Janeiro	6.672	1.830
	<u>416.191</u>	<u>635.243</u>



**6. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação	2009			2008
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total	
Máquinas e equipamentos	10%	61.941	(49.374)	12.567	9.559
Computadores e acessórios	10% e 20%	167.629	(141.167)	26.462	30.380
Móveis e utensílios	10%	98.695	(19.429)	79.266	43.698
Instalações	10%	105.966	(19.735)	86.591	94.622
		<u>434.231</u>	<u>(229.345)</u>	<u>204.886</u>	<u>178.260</u>

7. CURSOS E ATIVIDADES ESPECIAIS

	2009	2008
Contribuições especiais	1.094.990	1.365.680
Despesas	<u>(914.729)</u>	<u>(1.107.451)</u>
	<u>180.261</u>	<u>258.229</u>

As atividades especiais consistem em cursos, pesquisas, eventos ou divulgações relacionadas aos objetivos da ABRASCA, que exigem recursos específicos que são obtidos junto às associadas. As despesas e as contribuições recebidas relacionadas com a realização dessas atividades são controladas em conta de passivo, até a data de conclusão dos eventos, quando ocorre, então, a liquidação financeira e sua respectiva baixa para o resultado.

8. CONTRIBUIÇÕES A APROPRIAR

	2009	2008
Outras contribuições	222.669	205.620
	<u>222.669</u>	<u>205.620</u>

Registra as contribuições dos associados a apropriar recebidos antecipadamente correspondentes à trimestralidade, semestralidade e anualidade, que são transferidas para o resultado de acordo com o período de competência.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**9.1. Patrimônio social**

O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício aprovados pela Assembléia Geral e as doações de bens patrimoniais.

9.2. Superávits acumulados

Registra o valor do superávit do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembléia Geral.

10. RECEITAS ORDINÁRIAS

	2009	2008
Mensalidades	1.479.794	1.411.890
Outras contribuições	109.222	108.392
	<u>1.589.016</u>	<u>1.520.282</u>

Registra as contribuições periódicas dos associados e as referentes a cursos, eventos, seminários, e outras atividades promovidas pela Associação.

11. PESSOAL

	2009	2008
Salários	(149.263)	(124.147)
INSS	(60.193)	(55.279)
FGTS	(19.291)	(14.232)
Gratificações	(6.094)	(11.953)
Anuênios	(6.192)	(6.006)
13º Salário	(16.546)	(13.644)
Férias	(12.192)	(4.397)
Assistência médica	(99.153)	(84.210)
Vale transporte	(17.222)	(17.624)
Auxílio refeição	(20.797)	(16.444)
Estagiários	(43.615)	(36.589)
Outros	<u>(16.459)</u>	<u>(12.431)</u>
	<u>(467.017)</u>	<u>(396.957)</u>

12. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Registra os gastos com prestação de serviços para o planejamento, organização, execução e coordenação da Associação no montante de R\$ 281.812 em 2009 e de R\$ 254.369 em 2008.

13. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Registra os gastos com assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação no montante de R\$ 126.389 em 2009 e de R\$ 113.699 em 2008.

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Assessoria tributária	(21.868)	(15.866)
Assessoria jurídica	(54.392)	(54.392)
Assessoria CRFSN	(5.962)	(46)
Coordenação de eventos	(38.000)	(39.601)
Processamento de dados	(25.324)	(22.119)
Assessoria econômica	(103.673)	(46.504)
Outros	(15.996)	(19.731)
	<u>(265.215)</u>	<u>(198.259)</u>

Registram os gastos com assessorias, coordenação de eventos, processamentos de dados e demais despesas inerentes à administração da Associação.

15. VIAGENS

São despesas realizadas para participação em reuniões do Conselho Diretor, Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, bem como contatos com outras entidades do mercado e autoridades, além da presença em eventos ligados aos objetivos da instituição. Também se destinam a atender a permanente manutenção das informações administrativas no Município de São Paulo, por ser a Matriz da ABRASCA ali localizada.

16. OUTRAS DESPESAS GERAIS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Almoço e reuniões	(13.393)	(11.893)
Manutenção e conservação	(30.181)	(19.380)
Luz e água	(15.707)	(11.346)
Despesas com associações	(22.463)	(22.550)
Serviços gráficos	(9.660)	(8.103)
Material de escritório	(14.181)	(15.418)
Transporte	(7.386)	(7.729)
Material de limpeza	(4.903)	(5.591)
Livros, jornais e revistas	(2.837)	(6.631)
Copa e cozinha	(6.628)	(3.674)
Cópias e reproduções	(1.067)	(351)
Serviços de entrega	(1.277)	(1.298)
Aluguel de equipamentos	(4.800)	(2.381)
Taxas diversas	(5.979)	(5.264)
Outros	(4.942)	(5.378)
	<u>(145.404)</u>	<u>(126.987)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nesta mesma data, o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos, equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados.

ABRASCA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS COMPANHIAS ABERTAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos diretores e administradores
ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

1. Examinamos os balanços patrimoniais da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2010.

Luiz Carlos de Carvalho – Sócio-Contador – CRC 1SP197193/O-6 “S” RJ
BDO Trevisan Auditores Independentes – CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ

BDO

